



ESTATUTOS

[Aprovados]

- Por imperativo legal os actuais estatutos da Federação Portuguesa de Taekwondo , foram aprovados, por unanimidade, pelos delegados presentes na Assembleia-geral Extraordinária, n.º 58, de 11 de Julho de 2009, que ocorreu em Alhandra [Livro de Atas n.º 3].

[Alterações efetuadas]

1. Na Assembleia-geral Ordinária, n.º 62, de 27 de Março de 2010, que ocorreu em Peniche, foram efectuadas alterações no n.º 1 do artigo 44º - Composição da assembleia-geral e no artigo 45º - Representatividade na assembleia-geral dos presentes estatutos. As alterações efetuadas obtiveram o voto favorável, por unanimidade, dos delegados presentes [Livro de Atas n.º 4].
2. Na Assembleia-geral Ordinária, n.º 65, de 12 de Novembro de 2011, que ocorreu em Loures, foram efetuadas alterações no n.º 2 do artigo 5º - Denominação e sede, nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 45º - Representatividade na Assembleia-geral e no n.º 3 do artigo 79º - Extinção e dissolução. As alterações efetuadas obtiveram o voto favorável, por unanimidade, dos delegados presentes [Livro de Atas n.º 4].
3. Na Assembleia-geral Extraordinária, n.º 69, de 25 de Maio de 2013, que decorreu em Alto dos moinhos - Corroios (Seixal), foram efetuadas as seguintes alterações: no n.º 2 do artigo 6º - Responsabilidade, no artigo 19º - Relevante Interesse Desportivo Nacional (atual artigo 18º), no artigo 25º - Parecer do Conselho Nacional do Desporto (atual artigo 23º), no n.º 3 do artigo 37º - Eleições (atual artigo 35º), no n.º 2 do artigo 38º - Assembleia-geral (atual artigo 36º), n.º 2 do artigo 40º - Funcionamento da Assembleia-Geral (atual artigo 38º), no n.º 1 do artigo 41º - Assembleia-geral Ordinária (atual artigo 39º), no artigo 42º - Assembleia-geral Extraordinária (atual artigo 40º) e no artigo 57º - Requisito de Elegibilidade (atual artigo 55º). Foram, ainda, retirados o n.º 5 do artigo 55º - Funcionamento dos Órgãos Sociais (atual artigo 53º), o Artigo 18º - Parecer do Conselho Nacional do Desporto e o Artigo 21º - Suspensão. As alterações efetuadas obtiveram o voto favorável, por unanimidade, dos delegados presentes [Livro de Atas n.º 5].
4. Na Assembleia-geral extraordinária, n.º 76, de 26 de fevereiro de 2015, que decorreu em Vila Nova de Gaia, por imperativo do Decreto-lei n.º 93/2014, de 23 de junho de 2014, foram efetuadas as seguintes alterações: o ponto um do artigo 27º - Aquisição e perda da qualidade, alínea e) e f) do Artigo 33º - Deveres dos associados, retificado o ponto 2 do artigo 46º - Representação dos agentes desportivos, os números 3 e 4 do artigo 55º - Conselho de Disciplina, os números 3 e 4 do artigo 56º - Conselho de Justiça e os números 2 e 3 do artigo 61º - Incompatibilidades. Foram, ainda, acrescentados os seguintes artigos e consequente renumeração; artigos n.º 21 – Suspensão, n.º 35º - Eleições, n.º 41º - Participação, n.º 47º - Representação de clubes, n.º 48º - Representação de praticantes, n.º 49º - Representação de treinadores,

n.º 50.º - Representação de árbitros e juizes, n.º 62.º - Cessação de funções, n.º 63.º - Termo de mandato, n.º 64.º - Renúncia do mandato, n.º 65.º - Suspensão do mandato, n.º 66.º - Vacatura, n.º 90.º - Alteração de estatutos das associações, n.º 92.º - Escritura, publicação e entrada em vigor e n.º 93.º - Norma transitória. As alterações efetuadas obtiveram o voto favorável, de dezassete dos vinte e dois delegados presentes [Livro de Atas n.º 6].

5. Na Assembleia-geral extraordinária, n.º 77, de 09 de Junho de 2015, que decorreu em Corroios, nos termos apresentados pelos ofícios n.º OE_SC_DJA_0231/2015 DE 13/3/2015 e OE_SC_DJA_0326/2015 DE 2/4/2015 do Instituto Português do Desporto e Juventude, foram efetuadas correções e gralhas aos artigos 48.º e número quatro do artigo 67.º, número dois do artigo 16.º e artigo 19.º. As alterações efetuadas obtiveram o voto favorável, de nove dos dezasseis delegados presentes [Livro de Atas n.º 6].

6. Remoção da sigla UPD em todas as designações do nome da Federação Portuguesa Taekwondo;

Remoção do capítulo II (Estatuto de utilidade Pública)
Inserção do ponto 3 no artigo 4 em conformidade com o solicitado pela World Taekwondo. (

iii) All MNAs shall include in their constitution/statutes the following article: As a member of World Taekwondo, [MNA NAME] agrees to observe the statutes, bylaws, codes and rules of the World Taekwondo Federation. In case of a conflict or dissonance between the [MNA NAME] rules and the World Taekwondo statutes, bylaws, codes and rules the latter shall prevail.

Alteração da morada inscrita nos estatutos em conformidade com a AGE do dia 19 de Outubro 2020 e aprovada por unanimidade dos delegados presentes em AGO do dia 22 de dezembro 2020

Alteração do texto do artigo N° 32

Inclusão de um novo capítulo III e consequente renumeração de capítulos e artigos

Inclusão da aliena “h” no artigo nº36 “Presidente”;

INDICE

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	6
ARTIGO 1.º - OBJECTO.....	6
ARTIGO 2.º - NATUREZA E REGIME	6
ARTIGO 3.º - REGIME JURÍDICO	6
ARTIGO 4.º - PRINCÍPIOS DE ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO	7
ARTIGO 5.º - DENOMINAÇÃO E SEDE.....	7
ARTIGO 6.º - RESPONSABILIDADE	7
ARTIGO 7.º - PUBLICAÇÃO DAS DECISÕES	8
ARTIGO 8.º - DIREITO DE INSCRIÇÃO	8
SECÇÃO I - ASSOCIAÇÕES DE CLUBES E SOCIEDADES DESPORTIVAS	9
ARTIGO 9.º - TIPOS DE ASSOCIAÇÕES	9
SECÇÃO II - ASSOCIADOS.....	9
ARTIGO 10.º - CATEGORIAS.....	9
ARTIGO 11.º - AQUISIÇÃO E PERDA DA QUALIDADE	10
ARTIGO 12.º - ASSOCIADOS EFETIVOS	10
ARTIGO 13.º - ASSOCIADOS EXTRAORDINÁRIOS	10
ARTIGO 14.º - ASSOCIADOS HONORÁRIOS	11
ARTIGO 15.º - ASSOCIADOS DE MÉRITO	11
ARTIGO 16.º - DIREITOS DOS ASSOCIADOS	11
ARTIGO 17.º - DEVERES DOS ASSOCIADOS	11
SECÇÃO III – ÓRGÃOS.....	12
ARTIGO 18.º - ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS	12
ARTIGO 19.º - ELEIÇÕES	13
ARTIGO 20.º - ASSEMBLEIA-GERAL	13
ARTIGO 21.º - MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL	14
ARTIGO 22.º - FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA-GERAL.....	14
ARTIGO 23.º - ASSEMBLEIA-GERAL ORDINÁRIA	15
ARTIGO 24.º - ASSEMBLEIA-GERAL EXTRAORDINÁRIA	15
ARTIGO 25.º - PARTICIPAÇÃO	15
ARTIGO 26.º - ANULABILIDADE DAS DELIBERAÇÕES.....	16
ARTIGO 27.º - COMPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA-GERAL	16
ARTIGO 28.º - REPRESENTATIVIDADE NA ASSEMBLEIA-GERAL	16
ARTIGO 29.º - REPRESENTAÇÃO POR INERÊNCIA	17
ARTIGO 30.º - REPRESENTAÇÃO DOS AGENTES DESPORTIVOS	17
ARTIGO 31.º - REPRESENTAÇÃO DE CLUBES	18
ARTIGO 32.º - REPRESENTAÇÃO DE PRATICANTES	18
ARTIGO 33.º - REPRESENTAÇÃO DE TREINADORES	18
ARTIGO 34.º - REPRESENTAÇÃO DE ÁRBITROS E JUÍZES	18
ARTIGO 35.º - DELIBERAÇÕES SOCIAIS.....	19
ARTIGO 36.º - O PRESIDENTE	19
ARTIGO 38.º - CONSELHO FISCAL.....	20
ARTIGO 39.º - CONSELHO DE DISCIPLINA	21
ARTIGO 40.º - CONSELHO DE JUSTIÇA	21
ARTIGO 41.º - CONSELHO DE ARBITRAGEM	22
ARTIGO 42.º - FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	22
ARTIGO 43.º - ATAS.....	23
SECÇÃO IV - TITULARES DOS ÓRGÃOS	23
ARTIGO 44.º - REQUISITOS DE ELEGIBILIDADE.....	23
ARTIGO 45.º - INCOMPATIBILIDADES.....	23
ARTIGO 46.º - CESSAÇÃO DE FUNÇÕES.....	24
ARTIGO 47.º - TERMO DE MANDATO.....	24
ARTIGO 48.º - RENÚNCIA AO MANDATO	24
ARTIGO 49.º - SUSPENSÃO DO MANDATO	25
ARTIGO 50.º - VACATURA	25

ARTIGO 51.º - DURAÇÃO DO MANDATO E LIMITES À RENOVAÇÃO	25
ARTIGO 52.º - PERDA DE MANDATO	26
SECÇÃO V – REGIME DISCIPLINAR	27
ARTIGO 53.º - REGULAMENTOS DISCIPLINARES	27
ARTIGO 54.º - PRINCÍPIOS GERAIS	27
ARTIGO 55.º - ÂMBITO DO PODER DISCIPLINAR	28
ARTIGO 56.º - RESPONSABILIDADE DISCIPLINAR	28
ARTIGO 57.º PARTICIPAÇÃO OBRIGATÓRIA	28
ARTIGO 58.º - INFRAÇÕES	28
ARTIGO 59.º - APLICAÇÃO E REGIME	29
ARTIGO 59.º - REINCIDÊNCIA E ACUMULAÇÃO DE INFRAÇÕES	29
CAPÍTULO III – Entidades integradas e conselhos/comissões	29
ARTIGO 60.º - Entidades Integradas	29
ARTIGO 61.º - Comissões consultivas	30
SECÇÃO I - Comissão de Atletas Taekwondo	Error! Bookmark not defined.
Artigo 62.º (Constituição)	Error! Bookmark not defined.
CAPÍTULO IV - COMPETIÇÕES E SELEÇÕES NACIONAIS	30
ARTIGO 63.º - COMPETIÇÕES	30
ARTIGO 64.º - DESIGNAÇÕES DOS QUADROS COMPETITIVOS	31
ARTIGO 65.º - DIREITOS DESPORTIVOS EXCLUSIVOS	31
ARTIGO 66.º - CONDIÇÕES DE RECONHECIMENTO DE TÍTULOS	31
ARTIGO 67.º - SELEÇÕES NACIONAIS	31
CAPÍTULO V - GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA	32
ARTIGO 68.º - PATRIMÓNIO	32
ARTIGO 69.º - RECEITAS	32
ARTIGO 70.º - DESPESAS	33
ARTIGO 71.º - ORÇAMENTO	33
CAPÍTULO VI - DISTINÇÕES HONORÍFICAS	34
ARTIGO 72.º - ATRIBUIÇÕES	34
CAPÍTULO VII - ALTERAÇÕES DOS ESTATUTOS, EXTINÇÃO E DISSOLUÇÃO	34
ARTIGO 73.º - ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS	34
ARTIGO 74.º - EXTINÇÃO E DISSOLUÇÃO	34
CAPÍTULO VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	35
ARTIGO 75.º - REGULAMENTOS	35
ARTIGO 76.º - ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS DAS ASSOCIAÇÕES	35
ARTIGO 77.º - REGULAMENTO ELEITORAL	35
ARTIGO 78.º - ESCRITURA, PUBLICAÇÃO E ENTRADA EM VIGOR	36
ARTIGO 79.º - NORMA TRANSITÓRIA	36

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1.º - OBJECTO

O presente estatuto estabelece o regime da Federação Portuguesa de Taekwondo e as condições de organização, de estruturação e de garantia da prossecução dos seus objetivos.

ARTIGO 2.º - NATUREZA E REGIME

1. A Federação Portuguesa de Taekwondo, é uma pessoa coletiva constituída sob a forma de associação sem fins lucrativos que, engloba clubes ou sociedades desportivas, associações de âmbito territorial, **por distritos**, ligas profissionais, se as houver, praticantes, técnicos, juízes e árbitros, e demais entidades que promovam, pratiquem ou contribuam para o desenvolvimento do Taekwondo.
2. A Federação Portuguesa de Taekwondo, prossegue, entre outros, os seguintes objetivos gerais:
 - a) Promover, regulamentar, dirigir a nível nacional a prática do Taekwondo ou de um conjunto de modalidades afins ou associadas;
 - b) Representar perante a Administração Pública os interesses dos seus filiados;
 - c) Representar o Taekwondo, ou conjunto de modalidades afins ou associadas, junto das organizações desportivas internacionais, bem como assegurar a participação competitiva das seleções nacionais;
 - d) Obter o estatuto de pessoa coletiva de utilidade pública desportiva.
3. A Federação Portuguesa de Taekwondo, é uma federação uni-desportiva. Engloba pessoas ou entidades que se dedicam à prática do Taekwondo, incluindo as várias disciplinas, ou a um conjunto de modalidades afins ou associadas.

ARTIGO 3.º - REGIME JURÍDICO

A Federação Portuguesa de Taekwondo rege-se pelos presentes estatutos e pelas leis em vigor, designadamente pelo regime jurídico das federações desportivas, subsidiariamente pelo

regime jurídico das associações de direito privado, e ainda pelas normas a que ficar vinculada pela sua filiação em organismos internacionais.

ARTIGO 4.º - PRINCÍPIOS DE ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

1. A Federação Portuguesa de Taekwondo, organiza-se e prossegue as suas atividades de acordo com os princípios da liberdade, da democraticidade, da representatividade e da transparência.
2. A Federação Portuguesa de Taekwondo é independente do Estado, dos partidos políticos e das instituições religiosas.
3. Como membro da World Taekwondo, a Federação Portuguesa Taekwondo concorda em observar os estatutos, códigos e regras da World Taekwondo. Em caso de conflito ou dissonância, entre as regras da Federação Portuguesa Taekwondo e estatutos, regulamentos, códigos e regras da World Taekwondo, estes últimos prevalecerão, sem prejuízo da observância da legislação portuguesa para o sector.

ARTIGO 5.º - DENOMINAÇÃO E SEDE

1. A Federação Portuguesa de Taekwondo, abreviadamente designada por FPT, foi fundada a 27 de Novembro de 1992 em Braga.
2. A sede da Federação Portuguesa de Taekwondo, situa-se em Setúbal na Praceta José Régio Nº4, 2900-167 Setúbal, podendo ser alterada mediante decisão da Assembleia-geral.

ARTIGO 6.º - RESPONSABILIDADE

1. A Federação Portuguesa de Taekwondo responde civilmente perante terceiros pelas ações ou omissões dos titulares dos seus órgãos que profiram as decisões referidas no número seguinte, trabalhadores, representantes legais e auxiliares, nos termos em que os comitentes respondem pelos atos ou omissões dos seus comissários.
2. A responsabilidade da Federação Portuguesa de Taekwondo e dos titulares dos seus órgãos que profiram decisões finais no respetivo âmbito de competências, e sem possibilidade de qualquer outro meio de impugnação ou recurso internos, bem como dos

respetivos trabalhadores, representantes legais e auxiliares por ações ou omissões que adotem no exercício e com prerrogativas de poder público é regulada pelo regime jurídico da responsabilidade civil extracontratual das pessoas coletivas de direito público por danos decorrentes do exercício da função administrativa.

3. Os titulares de órgãos da Federação Portuguesa de Taekwondo, seus trabalhadores, representantes legais ou auxiliares respondem civilmente perante estas pelos prejuízos causados pelo incumprimento dos seus deveres legais ou estatutários.
4. O disposto nos números anteriores não prejudica a responsabilidade disciplinar ou penal que no caso couber.

ARTIGO 7.º - PUBLICAÇÃO DAS DECISÕES

1. A Federação Portuguesa de Taekwondo deve publicitar na respetiva página na Internet, no prazo de 15 dias, todos os dados relevantes e atualizados da sua atividade, em especial:
 - a) Dos estatutos e regulamentos, em versão consolidada e atualizada, com menção expressa das deliberações que aprovaram as diferentes redações das normas neles constantes;
 - b) As decisões integrais dos órgãos disciplinares ou jurisdicionais e a respetiva fundamentação;
 - c) Os orçamentos e as contas dos últimos três anos, incluindo os respetivos balanços;
 - d) Os planos e os relatórios de atividades dos últimos três anos;
 - e) A composição dos corpos gerentes;
 - f) Os contactos da federação e dos respetivos órgãos sociais (endereço, telefone, fax e correio eletrónico).
2. Na publicitação das decisões referidas na alínea b) do número anterior deve ser observado o regime legal de proteção de dados pessoais.

ARTIGO 8.º - DIREITO DE INSCRIÇÃO

A Federação Portuguesa de Taekwondo não pode recusar a inscrição dos agentes desportivos, clubes ou sociedades desportivas com sede em território nacional, desde que os mesmos preencham as condições regulamentares de filiação e nos termos destes estatutos.

CAPÍTULO II - ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA FEDERAÇÃO

SECÇÃO I - ASSOCIAÇÕES DE CLUBES E SOCIEDADES DESPORTIVAS

ARTIGO 9.º - TIPOS DE ASSOCIAÇÕES

1. Na Federação Portuguesa de Taekwondo os clubes e as sociedades desportivas podem agrupar-se através dos seguintes tipos de associações:
 - a) Associações de clubes e sociedades desportivas participantes nos quadros competitivos nacionais;
 - b) Associações de clubes participantes em quadros competitivos regionais ou distritais, definidos em função de determinada área geográfica.
2. Sendo, a Federação Portuguesa de Taekwondo, uma federação unidesportiva quando se disputem competições desportivas de natureza profissional integram uma liga profissional, de âmbito nacional, sob a forma de associação sem fins lucrativos, com personalidade jurídica e autonomia administrativa, técnica e financeira.
3. Para efeitos do disposto no Regime Jurídico das Federações Desportivas, a lista das modalidades desportivas coletivas e das individuais é fixada por despacho do membro do Governo responsável pela área do desporto, após audição do Conselho Nacional do Desporto.

SECÇÃO II - ASSOCIADOS

ARTIGO 10.º - CATEGORIAS

A Federação Portuguesa de Taekwondo tem as seguintes categorias de associados:

- a) Associados efetivos;
- b) Associados extraordinários;
- c) Associados honorários;

- d) Associados de mérito

ARTIGO 11.º - AQUISIÇÃO E PERDA DA QUALIDADE

1. A qualidade de associado é atribuída pela Assembleia-geral da Federação Portuguesa de Taekwondo mediante processo instruído pela Direção.
2. A qualidade de associado será perdida nos seguintes casos:
 - a) Por renúncia expressa do interessado;
 - b) Extinção do organismo ou morte do titular;
 - c) Expulsão em consequência de processo disciplinar que termine pela aplicação dessa pena;
 - d) Perda dos requisitos necessários para admissão.

ARTIGO 12.º - ASSOCIADOS EFETIVOS

1. São associados efetivos, as associações de clubes organizadas de acordo com a área geográfica em que decorram as respetivas competições.
2. São passíveis de filiação nos associados efetivos, referido no número anterior, todos os clubes e sociedades desportivas legalmente admissíveis.

ARTIGO 13.º - ASSOCIADOS EXTRAORDINÁRIOS

1. São associados extraordinários, as associações representantes de agentes desportivos (máxime, praticantes, treinadores e árbitros) constituídos legalmente como pessoas coletivas de direito privado, sem fins lucrativos, organizados com âmbito nacional de acordo com os presentes estatutos e com a lei.
2. São passíveis de filiação nos associados extraordinários, referido no número anterior, todos os agentes desportivos legalmente admissíveis.

ARTIGO 14.º - ASSOCIADOS HONORÁRIOS

São associados honorários, as pessoas singulares ou coletivas que se notabilizem por relevantes serviços prestados ao Taekwondo e, como tal reconhecidos pela Assembleia-geral.

ARTIGO 15.º - ASSOCIADOS DE MÉRITO

São associados de mérito, os agentes desportivos ligados ao Taekwondo e a Federação Portuguesa de Taekwondo que contribuam de forma notável para o progresso da modalidade a nível nacional e, como tal reconhecidos pela Assembleia-geral.

ARTIGO 16.º - DIREITOS DOS ASSOCIADOS

1. São direitos dos associados efetivos e extraordinários, entre outros, os seguintes:
 - a) Eleger os órgãos sociais da Federação Portuguesa de Taekwondo
 - b) Participar e votar nas reuniões da Assembleia-geral, nos termos destes estatutos;
 - c) Propor alterações aos estatutos e regulamentos da Federação Portuguesa de Taekwondo ;
 - d) Requerer a convocação extraordinária da Assembleia-geral;
 - e) Colaborar nas atividades da Federação Portuguesa de Taekwondo de harmonia com os respetivos regulamentos.
2. Os associados honorários e de méritos poderão participar na assembleia-geral sem direito a voto.
3. O exercício dos direitos dos associados está pendente da regularidade da sua situação perante a Federação Portuguesa de Taekwondo no respeitante ao cumprimento das suas obrigações.

ARTIGO 17.º - DEVERES DOS ASSOCIADOS

São deveres dos associados, com exceção dos sócios de mérito e honorários, entre outros, os seguintes:

- a) Colaborar no desenvolvimento do Taekwondo e na promoção dos valores éticos do desporto;
- b) Respeitar as deliberações e decisões dos órgãos sociais da Federação Portuguesa de Taekwondo ;
- c) Cumprir e fazer cumprir a lei, as disposições estatutárias e demais regulamentos da Federação Portuguesa de Taekwondo ;
- d) Manter atualizado os seus estatutos e regulamentos de que enviarão cópia para a federação, assim como as suas alterações, bem como relativamente à composição dos seus órgãos sociais e relação de clubes seus filiados e respetivos endereços;
- e) Satisfazer pontualmente os pagamentos referentes a quota, taxas e outras importâncias que hajam em dívida para com a Federação Portuguesa de Taekwondo;
- f) Quaisquer outros que lhes sejam atribuídos em estatutos ou regulamentos.

SECÇÃO III – ÓRGÃOS

ARTIGO 18.º - ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

1. A Federação Portuguesa de Taekwondo tem na sua estrutura orgânica, os seguintes órgãos:
 - a) Assembleia-geral;
 - b) Presidente;
 - c) Direção;
 - d) Conselho Fiscal;
 - e) Conselho de Disciplina;
 - f) Conselho de Justiça;
 - g) Conselho de Arbitragem.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a Federação Portuguesa de Taekwondo, poderá adotar outras denominações para os seus órgãos, desde que esteja acautelado o cumprimento das respetivas funções, previstas na Lei.

ARTIGO 19.º - ELEIÇÕES

1. Os delegados à assembleia da Federação Portuguesa de Taekwondo são eleitos ou designados nos termos estabelecidos pelo regulamento eleitoral, o qual igualmente estabelece a duração dos seus mandatos e o procedimento para os substituir em caso de vacatura ou impedimento.
2. A candidatura a presidente só é admitida se acompanhada de candidatura aos órgãos a que se refere o artigo anterior. Os órgãos referidos nas alíneas d) a g) do n.º 1 do artigo anterior são eleitos em listas próprias e devem possuir um número ímpar de membros.
3. Os órgãos referidos nas alíneas e) e f) do n.º 1 do artigo anterior são eleitos de acordo com o princípio da representação proporcional e o método da média mais alta de Hondt na conversão dos votos em número de mandatos.
4. Os presentes Estatutos ou Regulamentos da Federação Portuguesa de Taekwondo, não podem exigir que as listas de candidatura para os diversos órgãos sejam subscritas por mais do que 10% dos delegados à assembleia-geral.

ARTIGO 20.º - ASSEMBLEIA-GERAL

1. A assembleia-geral é o órgão deliberativo da Federação Portuguesa de Taekwondo, cabendo-lhe, designadamente:
 - a) A eleição ou destituição da mesa da assembleia-geral;
 - b) A eleição ou destituição dos titulares dos órgãos federativos referidos nas alíneas b) e d) a g) do artigo 34.º;
 - c) A aprovação do relatório, do balanço, do orçamento e dos documentos de prestação de contas;
 - d) A aprovação e alteração dos Estatutos;

- e) A aprovação da proposta da extinção da federação;
 - f) Quaisquer outras que não caibam na competência específica dos demais órgãos federativos.
2. Por requerimento subscrito por um mínimo de 20% dos delegados à assembleia-geral pode ser solicitada a apreciação, para efeitos de cessação da sua vigência ou de aprovação de alterações, de todos os regulamentos federativos.
 3. O requerimento referido no número anterior deve ser apresentado no prazo de 30 dias após a publicitação, nos termos do artigo 19.º, da aprovação do regulamento em causa.
 4. A aprovação de alterações a qualquer regulamento só pode produzir efeitos a partir do início da época desportiva seguinte, salvo quando decorrer de imposição legal, judicial ou administrativa.

ARTIGO 21.º - MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

1. A assembleia-geral é dirigida por uma Mesa constituída por três elementos, sendo um o Presidente.
2. Nas ausências e impedimentos do Presidente, este é substituído por um dos elementos da mesa, pela ordem da lista eleita.
3. No caso de faltar a totalidade dos membros da mesa, a Assembleia elege uma Mesa “ad hoc” para dirigir os trabalhos.
4. O Presidente da Mesa da Assembleia-geral confere posse aos membros eleitos para os órgãos da Federação Portuguesa de Taekwondo .

ARTIGO 22.º - FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA-GERAL

1. A assembleia-geral deve reunir em sessões de carácter ordinário e extraordinário, designadas, respetivamente, Assembleia-geral Ordinária e Assembleia-geral Extraordinária.
2. A assembleia-geral reunirá, em primeira convocação, à hora marcada na convocatória, quando estiver presente a maioria dos associados com direito de voto. Se não existir

quórum, a assembleia-geral reunirá, em segunda convocatória, meia hora depois, podendo deliberar com qualquer número de associados.

3. Salvo o disposto em matéria de alteração estatutária ou dissolução da Federação Portuguesa de Taekwondo, as deliberações da assembleia-geral são tomadas por maioria dos votos dos delegados presentes.

ARTIGO 23.º - ASSEMBLEIA-GERAL ORDINÁRIA

1. A assembleia-geral ordinária reúne até ao fim do mês de Março e no mês de Novembro de cada ano, quando convocada pelo Presidente da Mesa, por solicitação da Direção.
2. A assembleia-geral reúne até ao fim do mês de Março para discutir e votar o relatório de atividades e as contas referentes ao ano anterior, devendo constar, em especial, informação sobre a execução do plano de atividades e do exercício em aplicação.
3. A assembleia-geral reúne no mês de Novembro para discutir e aprovar o plano de atividades e o orçamento ordinário para o ano seguinte, bem assim como do orçamento suplementar para o ano em curso, quando necessário.
4. À assembleia-geral ordinária caberá, ainda, pronunciar-se sobre quaisquer outros assuntos mencionados na ordem de trabalhos.

ARTIGO 24.º - ASSEMBLEIA-GERAL EXTRAORDINÁRIA

A assembleia-geral reunirá extraordinariamente quando convocada pelo Presidente da Mesa, por solicitação do Presidente da FPT, a pedido de qualquer órgão social ou a requerimento de, pelo menos, um terço dos delegados em pleno gozo dos seus direitos.

ARTIGO 25.º - PARTICIPAÇÃO

Podem participar na Assembleia Geral sem direito a voto:

- a) O Presidente da Federação;
- b) Os membros da Direção;
- c) Os titulares dos Órgão Sociais e federativos;

- d) Os Sócios de Mérito e Honorários;
- e) Quaisquer outros especialistas indicados pela Direção para, em representação desta, apresentar propostas ou esclarecer aspetos de carácter técnico relativos às mesmas.

ARTIGO 26.º - ANULABILIDADE DAS DELIBERAÇÕES

1. São anuláveis as deliberações em contrário a lei, estatutos e regulamentos em vigor, bem como nos casos em que a convocatória ou funcionamento hajam sido irregulares.
2. A anulabilidade e consequente perda de eficácia das deliberações, pode ser arguida dentro do prazo de sessenta dias, pelos Presidentes dos órgãos sociais da Federação Portuguesa de Taekwondo, ou por qualquer sócio que não tenha sido regularmente convocado, ou se tenha oposto à deliberação.

ARTIGO 27.º - COMPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA-GERAL

1. A Assembleia-geral é composta por 56 (cinquenta e seis) delegados, representantes dos clubes, praticantes, treinadores, árbitros e juizes, ou de agentes desportivos que sejam membros da federação.
2. Cada delegado, cuja idade não pode ser inferior a 18 de anos, pode representar apenas uma única entidade.
3. Cada delegado tem direito a um voto.

ARTIGO 28.º - REPRESENTATIVIDADE NA ASSEMBLEIA-GERAL

1. Os delegados à Assembleia-geral da Federação Portuguesa de Taekwondo no gozo dos seus direitos e nas condições de representatividade adiante previstas, compõem a Assembleia-geral como segue:
 - a) Representantes das associações de agrupamento de clubes, 39 delegados;
 - b) Representantes dos praticantes, no regime de alto rendimento, 3 delegados;
 - c) Representantes dos atletas e praticantes federados, 6 delegados;

- d) Representantes dos treinadores, 4 delegados; e,
 - e) Representantes dos árbitros, 4 delegados.
2. Os associados admitidos durante o período eleitoral não poderão exercer o direito de voto, embora possam participar na Assembleia-geral, bem como os associados que não se encontrem no pleno uso dos seus direitos.

ARTIGO 29.º - REPRESENTAÇÃO POR INERÊNCIA

1. As associações territoriais de clubes podem designar 1 (um) delegado, por cada entidade, para integrar, por inerência, a representação dos clubes das respetivas competições na assembleia-geral.
2. O disposto no número anterior é igualmente aplicável às associações de clubes não referidas no número anterior, bem como às organizações de classes representativas dos praticantes desportivos, treinadores e árbitros ou juízes, cujos delegados integram a representação dos agentes desportivos das respetivas categorias.
3. Os delegados designados nos termos dos números anteriores são descontados nas quotas atribuídas a cada um dos respetivos setores e categorias.

ARTIGO 30.º - REPRESENTAÇÃO DOS AGENTES DESPORTIVOS

1. Os delegados que representam as diversas categorias de agentes desportivos são adequadamente distribuídos, entre as áreas das competições de âmbito nacional e das competições de âmbito regional ou distrital ou entre o alto rendimento e os restantes, nos termos estabelecidos no respetivo regulamento eleitoral.
2. A Federação Portuguesa de Taekwondo pode conferir representatividade a outros agentes que intervenham na respetiva modalidade, o respetivo número de delegados não pode ser superior a 3%, a descontar proporcionalmente nas diversas categorias de entidades mencionadas no artigo 44.º.

ARTIGO 31.º - REPRESENTAÇÃO DE CLUBES

Os clubes filiados na associação territorial respetiva, com as quotas em dia e regulares perante a federação elegem, de entre os seus pares, 1 (um) delegado à Assembleia-geral

ARTIGO 32.º - REPRESENTAÇÃO DE PRATICANTES

Os praticantes da modalidade serão representados em assembleia-geral, pela comissão de gestão do CAT, prevista no artigo nº60 destes estatutos.

ARTIGO 33.º - REPRESENTAÇÃO DE TREINADORES

Os treinadores da modalidade inscritos na federação e com as quotas em dia elegem, entre os seus pares, e de acordo com os critérios enunciados, 3 (três) delegados, conforme se discrimina:

- a) 1 (um) delegado eleito de entre os treinadores integrados no Projeto Olímpico e treinadores de G4;
- b) 1 (um) delegado eleito de entre os treinadores de G3;
- c) 1 (um) delegado eleito de entre os treinadores de G2; e,
- d) Caso não seja eleito delegado, nos termos das alínea anteriores, do presente artigo, será o mesmo substituído por um a eleger nos treinadores de G1.

ARTIGO 34.º - REPRESENTAÇÃO DE ÁRBITROS E JUÍZES

Os árbitros e juízes inscritos na federação e com as quotas em dia têm direito a eleger, de entre si, e de acordo com os critérios enunciados, 3 (três) delegados, Conforme se discrimina:

- a) 1 (um) delegado eleito de entre os árbitros e juízes internacionais;
- b) 1 (um) delegado eleito de entre os árbitros [disciplina de kyorugi]; e,
- c) 1 (um) delegado eleito de entre os Juízes [disciplina de poomsae].

ARTIGO 35.º - DELIBERAÇÕES SOCIAIS

1. O exercício do direito de voto na assembleia geral da Federação Portuguesa de Taekwondo e associações de âmbito territorial é pessoal, sem possibilidade de representação, podendo ser exercido por correspondência apenas no caso de se tratar de Assembleia-geral eletiva.
2. Salvo no caso de Assembleia-geral eletiva, é admitida a utilização de sistemas de videoconferência na Assembleia-geral.
3. No âmbito das entidades referidas no n.º 1, as deliberações para a designação dos titulares de órgãos ou que envolvam a apreciação de comportamentos ou das qualidades de qualquer pessoa são tomadas por escrutínio secreto.
4. A Federação Portuguesa de Taekwondo, não pode reconhecer quaisquer deliberações tomadas por associações nela filiada com desrespeito das regras constantes dos números anteriores.

ARTIGO 36.º - O PRESIDENTE

1. O Presidente representa a Federação Portuguesa de Taekwondo, assegura o seu regular funcionamento e promove a colaboração entre os seus órgãos.
2. Compete, em especial, ao presidente:
 - a) Representar a Federação Portuguesa de Taekwondo junto da Administração Pública;
 - b) Representar a federação junto das suas organizações congéneres, nacionais, estrangeiras ou internacionais;
 - c) Representar a federação desportiva em juízo;
 - d) Convocar as reuniões da direção e dirigir os respetivos trabalhos, cabendo-lhe o voto de qualidade quando exista empate nas votações;
 - e) Solicitar ao presidente da mesa da assembleia-geral a convocação de reuniões extraordinárias deste órgão;
 - f) Assegurar a organização e o bom funcionamento dos serviços;
 - g) Contratar e gerir o pessoal ao serviço da federação.

h) Presidir a comissão eleitoral do CAT

ARTIGO 37.º - DIREÇÃO

1. A direção é o órgão colegial de administração da federação, sendo integrada pelo presidente e pelos membros eleitos nos termos estatutários.
2. Compete à direção administrar a federação, incumbindo-lhe, designadamente:
 - a) Aprovar os regulamentos e publicitá-los, nos termos do artigo 19.º;
 - b) Organizar as seleções nacionais;
 - c) Organizar as competições desportivas não profissionais;
 - d) Garantir a efetivação dos direitos e deveres dos associados;
 - e) Elaborar anualmente o plano de atividades;
 - f) Elaborar anualmente e submeter a parecer do conselho fiscal o orçamento, o balanço e os documentos de prestação de contas;
 - g) Administrar os negócios da federação em matérias que não sejam especialmente atribuídas a outros órgãos;
 - h) Zelar pelo cumprimento dos estatutos e das deliberações dos órgãos da federação.
3. Em caso de vacatura do cargo de um dos membros da direção e inexistindo suplentes na lista eleita, a direção deve propor à Assembleia Geral um substituto, que é por esta, eleito.

ARTIGO 38.º - CONSELHO FISCAL

1. O conselho fiscal fiscaliza os atos de administração financeira da Federação Portuguesa de Taekwondo .
2. O Conselho fiscal é constituído, por três membros, sendo um o Presidente.
3. Compete, em especial, ao conselho fiscal:
 - a) Emitir parecer sobre o orçamento, o balanço, e os documentos de prestação de contas;

- b) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
 - c) Acompanhar o funcionamento da federação, participando aos órgãos competentes as irregularidades financeiras de que tenha conhecimento.
4. Quando um dos membros do conselho fiscal não tenha tal qualidade, as contas da federação são, obrigatoriamente, certificadas por um Técnico Oficial de Contas antes da sua aprovação em assembleia-geral.
5. As competências do conselho fiscal podem ser exercidas por um fiscal único, o qual, é necessariamente, um revisor oficial de contas ou uma sociedade revisora de contas, sendo designado nos termos estabelecidos nos estatutos.

ARTIGO 39.º - CONSELHO DE DISCIPLINA

1. Ao conselho de disciplina cabe, de acordo com a lei e com os regulamentos e sem prejuízo de outras competências atribuídas pelos estatutos, instaurar e arquivar procedimentos disciplinares e, colegialmente, apreciar e punir as infrações disciplinares em matéria desportiva.
2. O conselho de disciplina é constituído por três membros, sendo um o Presidente.
3. Os membros do conselho disciplinar devem ser na maioria licenciados em Direito, incluindo o presidente.
4. As decisões do conselho de disciplina devem ser proferidas no prazo de 45 dias ou, em situações fundamentadas de complexidade da causa, no prazo de 75 dias, contados a partir da autuação do respetivo processo.

ARTIGO 40.º - CONSELHO DE JUSTIÇA

1. Para além de outras competências que lhe sejam atribuídas pelos estatutos, cabe ao conselho de justiça conhecer dos recursos das decisões disciplinares relativas a questões emergentes da aplicação das normas técnicas e disciplinares diretamente respeitantes à prática da própria competição desportiva.

2. O conselho de justiça é composto, por três membros, sendo um deles o Presidente. Os membros do conselho de justiça devem ser na maioria licenciados em Direito, incluindo o presidente.
3. Ao conselho de justiça não pode ser atribuída competência consultiva.
4. As decisões do conselho de justiça devem ser proferidas no prazo de 45 dias ou, em situações fundamentadas de complexidade da causa, no prazo de 75 dias, contados a partir da autuação do respetivo processo.

ARTIGO 41.º - CONSELHO DE ARBITRAGEM

1. Cabe ao conselho de arbitragem, sem prejuízo de outras competências atribuídas pelos estatutos, coordenar e administrar a atividade da arbitragem, estabelecer os parâmetros de formação dos árbitros e juízes de Taekwondo.
2. O conselho de arbitragem é constituído, por três membros, sendo um deles o Presidente.
3. Compete ao conselho de arbitragem:
 - a) Coordenar e administrar a atividade dos árbitros e juízes;
 - b) Estabelecer as normas reguladoras do exercício da atividade dos árbitros e juízes;
 - c) Definir os parâmetros de formação dos árbitros e juízes, e proceder à sua classificação técnica.

ARTIGO 42.º - FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

1. No âmbito da Federação Portuguesa de Taekwondo há sempre recurso para os órgãos colegiais em relação aos atos administrativos praticados por qualquer dos respetivos membros, salvo quanto aos atos praticados pelo presidente da federação no uso da sua competência própria.
2. Os órgãos sociais são convocados pelos respetivos presidentes e só podem deliberar com a presença da maioria dos seus titulares.
3. As deliberações são tomadas por maioria dos votos dos titulares presentes, tendo o presidente, além do seu voto, direito a voto de qualidade.

4. Os membros dos órgãos sociais exercem as suas funções em regime benévolo, apenas podendo ser abonados para despesas de deslocação, conforme o estabelecido na lei.

ARTIGO 43.º - ATAS

Das reuniões de qualquer órgão colegial da Federação Portuguesa de Taekwondo é sempre lavrada ata que, depois de aprovada, deve ser assinada pelo presidente e pelo secretário ou, no caso da assembleia-geral, pelos membros da respetiva mesa.

SECÇÃO IV - TITULARES DOS ÓRGÃOS

ARTIGO 44.º - REQUISITOS DE ELEGIBILIDADE

São elegíveis para os órgãos da Federação Portuguesa de Taekwondo os maiores não afetados por qualquer incapacidade de exercício, que não sejam devedores da federação, nem hajam sido punidos por infrações de natureza criminal, contraordenacional ou disciplinar em matéria de violência, dopagem, corrupção, racismo, xenofobia, até cinco anos após o cumprimento da pena, que não tenham sido punidos por crimes praticados no exercício dos cargos dirigentes em federações desportivas ou por crimes contra o património destas, até cinco anos após o cumprimento da pena, salvo se a sanção diversa lhe tiver sido aplicada por decisão judicial.

ARTIGO 45.º - INCOMPATIBILIDADES

1. Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, é incompatível com a função de titular de órgão federativo:
 - a) O exercício de outro cargo na Federação Portuguesa de Taekwondo;
 - b) A intervenção, direta ou indiretamente, em contratos celebrados com a Federação Portuguesa de Taekwondo;
 - c) Relativamente aos órgãos da Federação Portuguesa de Taekwondo, o exercício, no seu âmbito, de funções como dirigente de clube, sociedade desportiva ou de associação, árbitro, juiz ou treinador no ativo
2. As funções referidas na alínea c) do número anterior não são incompatíveis com a função de delegado à Assembleia-geral.

3. Para efeitos da alínea c) do n.º 1, não é incompatível com a função de titular de órgão federativo o exercício de funções de árbitro ou juiz em provas e competições internacionais.

ARTIGO 46.º - CESSAÇÃO DE FUNÇÕES

Os titulares dos órgãos da Federação Portuguesa de Taekwondo, cessam as suas funções nos seguintes casos:

- a) Termo do mandato;
- b) Renúncia;
- c) Perda do mandato.

ARTIGO 47.º - TERMO DE MANDATO

1. O mandato dos limites dos órgãos federativos eleitos termina com a tomada de posse dos novos titulares.
2. O exercício das funções de membro da Direção termina com a demissão a pedido do próprio ou com a sua destituição pelo Presidente.

ARTIGO 48.º - RENÚNCIA AO MANDATO

1. Os titulares dos órgãos eleitos da Federação Portuguesa de Taekwondo podem renunciar ao mandato mediante documento escrito, remetido ao Presidente da Assembleia-geral, com conhecimento ao Presidente do órgão a que pertença, exceto se for o próprio.
2. O Presidente da Assembleia-geral que pretenda renunciar ao mandato, deve fazê-lo através de requerimento escrito apresentado ao Vice-presidente da Assembleia-geral.
3. Os titulares dos órgãos eleitos, da Federação Portuguesa de Taekwondo que hajam renunciado ao mandato não podem candidatar-se para o mesmo órgão nas eleições imediatas, nem nas que se realizem no quadriénio imediatamente subsequente à renúncia.

ARTIGO 49.º - SUSPENSÃO DO MANDATO

1. Os titulares dos órgãos eleitos podem requerer a suspensão do seu mandato, mediante requerimento escrito ao Presidente da Assembleia-geral, com conhecimento ao Presidente do órgão a que pertença.
2. O pedido de suspensão não necessita ser fundamentado desde que seja por um período não superior a três meses, e produz efeitos a partir da data que se comprove ter sido a do seu envio, por qualquer meio idóneo, ao Presidente da Assembleia-geral.
3. O pedido de suspensão por um período superior a três meses deve explicitar as razões que levam a esse pedido, e é apreciado e decidido pelo Presidente da Assembleia-geral, ouvida a Direção e o órgão a que o titular pertença.
4. Em caso de recusa do pedido de suspensão, o requerente é notificado para que, no prazo de oito dias, opte entre a desistência de pedido de suspensão ou a renúncia ao mandato.

ARTIGO 50.º - VACATURA

1. Nos casos de vacatura do lugar de Presidente, da Federação Portuguesa de Taekwondo, serão marcadas eleições e as funções de gestão corrente são asseguradas, até à realização das mesmas, pelo Presidente da Mesa da Assembleia-geral.
2. No caso de vacatura do lugar de Presidente de qualquer órgão, à exceção do Presidente da Federação, o mesmo é preenchido por um Vice-presidente, se o houver, ou por um membro, segundo a ordem pela qual tiver sido eleito, ou de precedência na lista.
3. No caso de vacatura de um membro, este é substituído pelo membro seguinte, segundo a ordem pela qual tiver sido eleito, ou de precedência na lista.
4. As vagas que se verificarem em qualquer órgão para além das resultantes da aplicação do disposto nos números 1 e 2, são preenchidas pelos suplentes, segundo a ordem pela qual tiverem sido eleitos, ou de precedência na lista.

ARTIGO 51.º - DURAÇÃO DO MANDATO E LIMITES À RENOVAÇÃO

1. O mandato dos titulares dos órgãos da Federação Portuguesa de Taekwondo, bem como das ligas profissionais ou associações territoriais de clubes nelas filiadas é de quatro anos, em regra coincidentes com o ciclo olímpico.

2. Podem realizar-se eleições parciais para um órgão social quando, no decurso do mandato, ocorram vagas que não lhe permitam ter quórum.
3. O tempo do mandato dos membros eleitos nas condições do número anterior coincidirá com o dos inicialmente eleitos.
4. Ninguém pode exercer mais do que dois mandatos seguidos num mesmo órgão da Federação Portuguesa de Taekwondo, salvo se, tiverem cumprido ou estiverem a cumprir, pelo menos, o segundo mandato consecutivo, circunstância em que podem ser eleitos para mais um mandato.
5. Depois de concluídos os mandatos referidos no número anterior, os titulares dos órgãos não podem assumir aquelas funções durante o quadriénio imediatamente subsequente ao último mandato consecutivo permitido.
6. No caso de renúncia ao mandato, os titulares dos órgãos referidos nos números anteriores não podem candidatar-se para o mesmo órgão nas eleições imediatas nem que as realizem no quadriénio imediatamente subsequente à renúncia.

ARTIGO 52.º - PERDA DE MANDATO

1. Sem prejuízo de outros factos previstos nos estatutos, perdem o mandato os titulares de órgãos federativos que, após a eleição, sejam colocados em situação que os torne elegíveis ou relativamente aos quais se apure uma das incompatibilidades previstas na lei ou nos estatutos.
2. Perdem, ainda, o mandato os titulares dos órgãos federativos, que, no exercício das suas funções ou por causa delas, intervenham em contrato no qual tenham interesse, por si, como gestor de negócio ou representante de outra pessoa, e bem assim, quando nele tenha interesse o seu cônjuge, alguém parente ou afim na linha reta ou até ao 2.º grau da linha colateral ou qualquer pessoa com quem viva em economia comum.
3. Os contratos em que tiverem intervindo titulares de órgãos federativos que impliquem a perda do seu mandato são nulos nos termos gerais.

SECÇÃO V – REGIME DISCIPLINAR

ARTIGO 53.º - REGULAMENTOS DISCIPLINARES

1. A Federação Portuguesa de Taekwondo deve dispor de regulamentos disciplinares com vista a sancionar a violação de regras de jogo ou de competição, bem como as demais regras desportivas, nomeadamente as relativas à ética desportiva.
2. Para efeitos da presente lei, são consideradas normas de defesa da ética desportiva as que visam sancionar a violência, a dopagem, a corrupção, o racismo, e a xenofobia, bem como quaisquer outras manifestações de perversão do fenómeno desportivo.
3. Estão sujeitos à disciplina da Federação Portuguesa de Taekwondo, as associações, os clubes e demais agentes desportivos.

ARTIGO 54.º - PRINCÍPIOS GERAIS

O regime disciplinar deve prever, designadamente, as seguintes matérias:

- a) Sujeição dos agentes desportivos a deveres gerais e especiais de conduta que tutelem, designadamente, os valores da ética desportiva e da transparência e verdade das competições desportivas, com o estabelecimento de sanções determinadas pela gravidade da sua violação;
- b) Observância dos princípios da igualdade, irretroatividade e proporcionalidade na aplicação das sanções;
- c) Exclusão das penas de irradiação ou de duração indeterminada;
- d) Enumeração das causas ou circunstâncias que eximam, atenuem ou agravem a responsabilidade do infrator, bem como os requisitos da extinção desta;
- e) Exigência do processo disciplinar para a aplicação de sanções quando estejam em causa as infrações mais graves e, em qualquer caso, quando a sanção a aplicar determine a suspensão de atividade por um período superior a um mês;
- f) Consagração das garantias de defesa do arguido, designadamente exigindo que a acusação seja suficientemente esclarecedora dos factos determinantes do exercício

do poder disciplinar e estabelecendo a obrigatoriedade de audiência do arguido nos casos em que seja necessária a instauração de processo disciplinar;

- g) Garantia de recurso para o conselho de justiça, seja ou não obrigatória a instauração de processo disciplinar, quando estejam em causa decisões disciplinares relativas a questões emergentes da aplicação das normas técnicas e disciplinares diretamente respeitantes à prática da própria competição desportiva.

ARTIGO 55.º - ÂMBITO DO PODER DISCIPLINAR

1. No âmbito desportivo, o poder disciplinar da Federação Portuguesa de Taekwondo exerce-se sobre os clubes, dirigentes, praticantes, treinadores, técnicos, árbitros, juízes e, em geral, sobre todos os agentes desportivos que desenvolvam a atividade desportiva compreendida no seu objeto estatutário, nos termos do respetivo regime disciplinar.
2. Os agentes desportivos que forem punidos com a pena de incapacidade para o exercício de funções desportivas ou dirigentes por uma federação desportiva não podem exercer tais funções em qualquer outra federação desportiva durante o prazo de duração da pena.

ARTIGO 56.º - RESPONSABILIDADE DISCIPLINAR

O regime da responsabilidade disciplinar é independente da responsabilidade civil ou penal.

ARTIGO 57.º PARTICIPAÇÃO OBRIGATÓRIA

Se a infração revestir carácter contraordenacional ou criminal, o órgão disciplinar competente deve dar conhecimento do facto as entidades competentes.

ARTIGO 58.º - INFRAÇÕES

Constituem infrações sujeitas a procedimento disciplinar:

- a) A violação dos estatutos e regulamentos da Federação Portuguesa de Taekwondo ;
- b) O não cumprimento ou desobediência face à aplicação das deliberações dos corpos sociais da Federação Portuguesa de Taekwondo ;

- c) A prática de atos de indisciplina causadores de danos para os membros dos órgãos sociais da Federação Portuguesa da Taekwondo , para os agentes desportivos ou que de algum modo afetem o prestígio e o bom nome do Taekwondo e das suas instituições.

ARTIGO 59.º - APLICAÇÃO E REGIME

1. A aplicação de sanções pelos órgãos competentes pela verificação da prática de infrações disciplinares é condicionada ao respeito pela instauração de processos disciplinares subordinados ao princípio do contraditório e que ofereçam todas as garantias de defesa ao arguido.
2. Para além do disposto nos presentes estatutos, o regime disciplinar será estabelecido em regulamento próprio e complementar.

ARTIGO 59.º - REINCIDÊNCIA E ACUMULAÇÃO DE INFRAÇÕES

Para efeitos disciplinares, os conceitos de reincidência e de acumulação de infrações são idênticos aos constantes no Código Penal.

CAPÍTULO III – Entidades integradas e conselhos/comissões

ARTIGO 60.º - Entidades Integradas

1. As entidades integradas têm atribuições específicas e estrutura orgânica própria, gozando de autonomia na prossecução dessas atribuições, nos termos de regulamento próprio de cada entidade aprovado pela assembleia-geral, o qual estabelecerá, entre outros aspetos, os seguintes: competência, constituição e sua representatividade.
2. São entidades integradas na FPT:
 - a. A Comissão de Atletas Taekwondo (“CAT”).

ARTIGO 61.º - Comissões consultivas

1. A direção da FPT pode deliberar criar, a título permanente ou eventual, Comissões Consultivas com finalidades específicas para a auxiliarem no exercício das suas competências.
2. A composição, estrutura e competências das Comissões Consultivas são definidas pela direção da FPT, que nomeia os seus membros, nos termos do regulamento próprio aprovado para o efeito.

CAPÍTULO IV - COMPETIÇÕES E SELEÇÕES NACIONAIS

ARTIGO 63.º - COMPETIÇÕES

As competições organizadas com vista à atribuição dos títulos nacionais ou outros de carácter oficial, bem como as destinadas a apurar os praticantes ou clubes desportivos que poderão representar o País em competições internacionais, devem obedecer aos seguintes princípios:

- a) Liberdade de acesso de todos os agentes desportivos e clubes com sede em território nacional que se encontrem regularmente inscritos na Federação Portuguesa de Taekwondo e preencham os requisitos de participação definidos por esta federação;
- b) Igualdade de todos os praticantes no desenvolvimento da competição, sem prejuízo dos escalonamentos estabelecidos com base em critérios exclusivamente desportivos;
- c) Publicidade dos regulamentos próprios de cada competição, bem como das decisões que os apliquem, e, quando reduzidas a escrito, das razões que as fundamentam;
- d) Imparcialidade e isenção no julgamento das questões que se suscitarem em matéria técnica e disciplinar.

ARTIGO 64.º - DESIGNAÇÕES DOS QUADROS COMPETITIVOS

1. Compete ao Conselho Nacional do Desporto emitir parecer sobre o estabelecimento, de forma uniforme para o Taekwondo, nas disciplinas de Kyorugi (combates) e Poomsae (formas), de um sistema designação dos quadros competitivos organizados pela Federação Portuguesa de Taekwondo, por forma a diferenciá-los de acordo com o âmbito, a importância e o nível da respetiva competição.
2. O parecer referido no número anterior é remetido, para efeitos de homologação, ao membro do Governo que tutela a área do desporto, sendo publicado, quando homologado, no Diário da República.
3. As designações a utilizar devem ser distintas, para as competições nacionais, regionais ou distritais. Não devem prejudicar a utilização de outras designações complementares decorrentes de compromissos publicitários ou de patrocínio.

ARTIGO 65.º - DIREITOS DESPORTIVOS EXCLUSIVOS

1. Os títulos desportivos, de nível nacional ou regional são conferidos pela Federação Portuguesa de Taekwondo e só esta pode organizar seleções nacionais.
2. A lei define as formas de proteção do nome, imagem e atividades desenvolvidas pela Federação Portuguesa de Taekwondo estipulando o respetivo regime contraordenacional.

ARTIGO 66.º - CONDIÇÕES DE RECONHECIMENTO DE TÍTULOS

1. As competições organizadas pela Federação Portuguesa de Taekwondo ou no seu âmbito, que atribuam títulos nacionais ou regionais, disputam-se em território nacional.
2. As competições referidas no número anterior são disputadas por clubes ou sociedades desportivas com sede no território nacional, só podendo, no caso de competições individuais, ser atribuídos títulos a cidadãos nacionais.

ARTIGO 67.º - SELEÇÕES NACIONAIS

1. A participação em seleção nacional organizada pela Federação Portuguesa de Taekwondo , é reservada a cidadãos nacionais.
2. As condições a que obedece a participação dos praticantes desportivos das seleções nacionais são definidas nos estatutos federativos ou nos respetivos regulamentos, tendo em consideração o interesse público dessa participação e os legítimos interesses da Federação Portuguesa de Taekwondo , dos clubes e dos praticantes desportivos.
3. A participação nas seleções nacionais é obrigatória, salvo motivo justificado, para os praticantes desportivos que tenham beneficiado de medidas específicas de apoio no âmbito do regime de alto rendimento.

CAPÍTULO V - GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

ARTIGO 68.º - PATRIMÓNIO

O património da Federação Portuguesa de Taekwondo é constituído pela universalidade dos seus direitos e obrigações.

ARTIGO 69.º - RECEITAS

Constituem receitas da Federação Portuguesa de Taekwondo:

- a) O produto das taxas e quotas a pagar pelos associados, nos termos regulamentares;
- b) Receitas provenientes das inscrições nas competições oficiais;
- c) Os lucros das competições organizadas pela Federação Portuguesa de Taekwondo ;
- d) O produto das multas, indemnizações e cauções ou taxas de justiça que revertam para a federação;
- e) Depósitos relativos a recursos julgados improcedentes, nos termos regulamentares;
- f) Os subsídios do Estado ou de outras entidades;

- g) As doações, heranças e legados;
- h) Outras receitas legalmente autorizadas.

ARTIGO 70.º - DESPESAS

Constituem, entre outras, despesas da Federação Portuguesa de Taekwondo :

- a) Os encargos com o respetivo funcionamento e com o cumprimento das suas atribuições e das competências dos seus órgãos;
- b) Os custos de aquisição, manutenção e conservação dos seus equipamentos ou serviços que tenha que utilizar;
- c) As realizadas por motivo das deslocações e representações no interesse da federação, efetuadas pelos membros dos seus órgãos e outros;
- d) As resultantes da atividade desportiva, por ela promovida;
- e) As resultantes do cumprimento de contratos, operações de crédito ou decisões judiciais;
- f) As anuidades ou taxas de filiação em organizações internacionais; e,
- g) Todas as despesas eventuais realizadas de acordo com os estatutos e regulamentos ou autorizados pela Assembleia-geral.

ARTIGO 71.º - ORÇAMENTO

1. A gestão patrimonial e financeira, incluindo a organização da contabilidade, rege-se pelas normas aplicáveis às associações de direito privado. Tendo o estatuto de utilidade pública atribuído rege-se pelas normas aplicáveis às federações dotadas de regime jurídico de Utilidade Pública Desportiva.
2. O ano social é o ano civil.

CAPÍTULO VI - DISTINÇÕES HONORÍFICAS

ARTIGO 72.º - ATRIBUIÇÕES

1. A Federação Portuguesa de Taekwondo poderá atribuir a pessoas singulares ou coletivas distinções honoríficas, como reconhecimento pela prática de atos e atividades de relevo no domínio desportivo, compreendendo as seguintes:
 - a) Associado honorário;
 - b) Associado de mérito;
 - c) Medalha de honra;
 - d) Medalha de mérito;
 - e) Público Louvor.
2. As distinções referidas nas alíneas c), d) e e) do número anterior, são atribuídas pela Direção, enquanto as restantes são da competência da assembleia-geral.
3. O regime, das distinções honorárias, será regulado por regulamento próprio e complementar dos presentes estatutos.

CAPÍTULO VII - ALTERAÇÕES DOS ESTATUTOS, EXTINÇÃO E DISSOLUÇÃO

ARTIGO 73.º - ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS

1. Os presentes estatutos poderão ser alterados pela assembleia-geral, mediante proposta da Direção, obtido o parecer favorável dos restantes órgãos.
2. As alterações referidas no número anterior terão que obter o voto favorável de três quartos dos votos dos delegados presentes e no pleno gozo dos seus direitos.

ARTIGO 74.º - EXTINÇÃO E DISSOLUÇÃO

1. Para além das causas legais de extinção, a Federação Portuguesa de Taekwondo só poderá ser dissolvida por motivos de tal forma graves e insuperáveis que tornem impossível a realização dos seus fins.
2. A dissolução será deliberada pela assembleia-geral especialmente convocada para esse fim, necessitando do voto favorável de três quartos dos votos do número total dos delegados no pleno gozo dos seus direitos.
3. Compete ao Tribunal, a requerimento do Ministério Público, deliberar quanto ao destino dos bens da Federação Portuguesa de Taekwondo .

CAPÍTULO VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

ARTIGO 75.º - REGULAMENTOS

1. Os órgãos sociais da Federação Portuguesa de Taekwondo devem providenciar pela elaboração dos regulamentos tidos por convenientes.
2. A elaboração dos regulamentos para a conveniente aplicação dos princípios gerais definidos nestes estatutos, e com vista à prossecução dos objetivos da Federação Portuguesa de Taekwondo obedecem à legislação em vigor.

ARTIGO 76.º - ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS DAS ASSOCIAÇÕES

As associações distritais e de classes, representantes dos praticantes, treinadores e árbitros e juízes, devem, com as necessárias adaptações, reformular os seus estatutos de harmonia com as disposições dos presentes estatutos e com a lei.

ARTIGO 77.º - REGULAMENTO ELEITORAL

No prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data da aprovação dos presentes estatutos, a Direção deve aprovar o Regulamento Eleitoral, conforme aos mesmos e à Lei.

ARTIGO 78.º - ESCRITURA, PUBLICAÇÃO E ENTRADA EM VIGOR

1. No prazo de 30 (trinta) dias após a Assembleia-geral de aprovação dos presentes estatutos, deve realizar-se a respetiva escritura pública, seguindo-se a publicação obrigatória, nos termos da lei.
2. Os presentes estatutos entram em vigor no primeiro dia útil seguinte ao da publicação referida no número anterior.

ARTIGO 79.º - NORMA TRANSITÓRIA

O disposto no artigo 33.º, no n.º 1 do artigo 41.º, no n.º 3 do artigo 43.º e no n.º 4 do artigo 44.º do Decreto-lei n.º 93/2014 de 23 de junho, não afeta a atual composição nem mandatos em curso dos órgãos sociais da Federação Portuguesa de Taekwondo, apenas produzindo os seus efeitos relativamente às eleições subsequentes para os órgãos sociais.